

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite de Preços n.º 015/2019 Processo n.º 062/2019

TIPO: Menor valor global

OBJETO: contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços jurídicos Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Administração Municipal e Secretaria da Educação, compreendendo as seguintes atividades:

- **a).** Assessoria e consultoria relativa a interpretação e aplicação da legislação educacional e orientação para a elaboração, análise e revisão de normas municipais (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, estatutos, etc.), incluindo
- **b).** Assessoria e orientação para a celebração de convênios, municipal, estadual e de programas educacionais:
- **c).** Suporte técnico e administrativo relacionadas a direitos e deveres dos servidores municipais lotados na área da educação;
- **d).** Auxílio e elaboração de justificativas, recursos e demais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Contratação de profissional ou empresa para a prestação de serviço de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Secretaria Municipal.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais n.ºs 8666/93.

Data e horário de entrega dos envelopes: 09 de outubro de 2019 às 09h00m. Data e horário da abertura dos envelopes: 09 de outubro de 2019 às 09h30m.

Local: Rua dos Jasmins nº 296 – Centro – Guatapará – SP

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura de Guatapará, sito à Rua dos Jasmins nº 296, Centro, das o8hoomin às 11h30min das 13h00min às 17h:00mim.

Guatapará, 02 de outubro 2019.

Ailton Aparecido da Silva Departamento de Licitações



EDITAL DE LICITAÇÃO

Convite n.º 015/2019 Processo n.º 062/2019

PREÂMBULO

OBJETO: contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços jurídicos Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Administração Municipal e Secretaria da Educação, compreendendo as seguintes atividades:

- **a).** Assessoria e consultoria relativa a interpretação e aplicação da legislação educacional e orientação para a elaboração, análise e revisão de normas municipais (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, estatutos, etc.), incluindo
- **b).** Assessoria e orientação para a celebração de convênios, municipal, estadual e de programas educacionais;
- **c).** Suporte técnico e administrativo relacionadas a direitos e deveres dos servidores municipais lotados na área da educação;
- **d).** Auxílio e elaboração de justificativas, recursos e demais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Contratação de profissional ou empresa para a prestação de serviço de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Secretaria Municipal.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor valor global

A prefeitura Municipal de Guatapará comunica aos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1994.

Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Secretaria Municipal de administração e finanças Unidade: 01 – Administração Geral 04.122.0006.2006 – Manutenção da Administração Geral

Ficha dotação nº 033 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria Fonte de Recurso: 110 – Recurso Tesouro (1-110) - Geral

A Carta-Convite estará à disposição dos interessados do ramo pertinente, no endereço constante em seu preâmbulo, nos horários das o8hoomin às 11h30min das 13h00min às 17h:00mim.

DATA E HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Data e horário de entrega de envelopes: 09 de outubro de 2019 às 09h00m. Data e horário da abertura dos envelopes: 09 de outubro de 2019 às 09h30m.

Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser entregues no setor de licitações perante a comissão de licitação, sito a Rua Jasmins nº 296 — centro, até as oghoom do dia 09 de outubro de 2019. Em seguida os envelopes serão encaminhados ao Presidente da Comissão licitação, para abertura de sessão pública, que será às 09h30m do mesmo dia.



LOCAL DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Prefeitura Municipal de Guatapará, sita na Rua dos Jasmins nº 296 - centro .

DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram a presente Carta-Convite, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

- a) Minuta do Contrato (Anexo I);
- b) Termo de referência (Anexo II);
- c) Modelo de Proposta Comercial (Anexo III);
- d) Autorização para representar proponente na licitação (Anexo IV);
- e) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º do CF (Anexo V);
- f) Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI);
- g) Cadastro da licitante (VII);
- h) Declaração renúncia recurso (VIII);

1 - DO OBJETO

1.1 Contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços jurídicos Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Administração Municipal e Secretaria da Educação.

2. PARTICIPAÇÃO:

- 2.1. Poderão participar desta licitação, empresas ou profissionais que estejam qualificados para cumprimento do objeto desta licitação, bem como, que atenda a todas as exigências e condições estabelecidas neste Convite e seus anexos.
- 2.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral de todos os termos deste Convite, seus Anexos e Leis aplicáveis, sem prejuízo do disposto no art. 41, §2º da Lei nº 8.666/93.
- 2.3. Nos termos do artigo 48 inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014, somente poderão participar desta licitação as empresas constituídas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 2.4. Caso não acudam empresas interessadas em participar deste certame, na qualidade de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte, o certame prosseguirá com eventuais outras empresas interessadas, visando atender as necessidades da Administração.
- 2.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo licitatório as empresas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Guatapará;
- b) Empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores integrante da Administração Pública deste Município;
- c) Sejam declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- d) Estejam sob falência, concordata, dissolução e/ou liquidação;



- e) Que esteja reunida em consórcio e/ou coligação;
- f) Cujos sócios e/ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- g) Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 2.6. A participação nesta licitação se efetivará mediante a apresentação de envelope lacrado contendo, a Proposta, que deverá ser entregue diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no dia, hora e local referido no preâmbulo deste Convite, devendo constar no envelope a modalidade e o número desta licitação (Convite nº 015/2019), a razão social do licitante, e a denominação do envelope.
- 2.7. Os licitantes poderão se fazer representar por representante legal ou por procurador regularmente constituído, através de procuração pública, particular e ou credencial.

3. DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- 3.1. Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Proposta de preços, deverão ser entregues na data e horário mencionados no preâmbulo deste edital, separadamente.
- 3.2 O Envelope nº 1 HABILITAÇÃO deverá conter, obrigatoriamente, os documentos relacionados abaixo, com prazo de validade em vigência até a data da entrega dos envelopes ou expedido a menos de 06 meses, para os documentos que não contenham prazo de validade:

No caso da licitante ser constituída como empresa:

- a) Cópia do Contrato Social;
- b) Cópia Cartão do CNPJ.

No caso da licitante ser pessoa física:

- a) Cópia carteira de identidade e CPF
- b) Prova de Registro Profissional competente através do órgão de classe;
- 3.3. A **licitante cujo objeto deste certame for a ela adjudicado**, deverá obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos no ato de assinatura do respectivo contrato, sob pena de incorrer nas penalidades inseridas neste Edital:

PESSOAS FÍSICA

3.4– Documentos de Habilitação

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de regularidade para com a Fazenda Estadual.
- c) Declarações constantes dos anexos do presente edital.

PESSOA JURÍDICA

3.4.1 - Documentação Jurídica:



I - registro comercial, no caso de empresa individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV – declarações constantes dos anexos do presente edital.

3.5. Documentação Regularidade Fiscal:

- 3.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.).
- 3.5.2. Certidão Negativa de Débito ou certidão positiva com efeito de negativa para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- 3.5.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa Relativos a Tributos Federais, e a Dívida Ativa da União, administrada pela Receita Federal do Brasil.
- 3.5.4. CRF Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- 3.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho

3.6. Documentação Qualificação Técnica:

- 3.6.1. Para Pessoa jurídica: comprovação de aptidão para desempenho dos serviços, mediante a apresentação de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde a licitante tenha entregado o objeto do presente contrato.
- 3.6.1.2 Para pessoa Física: breve currículo que o profissional possue experiência do objeto contratado.
- **3.7.** Os interessados em participar da presente licitação, deverão apresentar 02 (dois) envelopes, identificando-os ENVELOPE Nº 1 HABILITAÇÃO (CONTENDO DOCUMENTAÇÃO); ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA (CONTENDO PROPOSTA COMERCIAL), escritos a RAZÃO SOCIAL NOS DOIS ENVELOPES, indicando o número administrativo do processo e sua modalidade, devidamente fechados e colados, rubricados em seus fechos, como abaixo especificados.

(RAZÃO SOCIAL/NOME) CONVITE Nº 015/2019 PROCESSO Nº 062/2019 ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL/NOME) CONVITE Nº 015/2019 PROCESSO Nº 062/2019 ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA

4.0. DA PROPOSTA:



- **4.1.** A proposta deverá ser elaborada, e apresentada em 01 (uma) via, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo todas as páginas ser rubricadas e a última assinada pela licitante ou por seu representante legal;
- **4.2** A proposta deverá ser elaborada em consonância com o convite, obedecendo rigorosamente às exigências solicitadas, e, conter todos os dados da empresa licitante, bem o como o menor preço global para o objeto neste certame;
- **4.3** Os Encargos Sociais e quaisquer impostos ou taxas, deverão estar inclusos no preço ofertado;
- **4.4** A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação da mesma, que ocorrerá no dia da sessão de abertura.

5.0. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

- **5.1.** O envelope (Proposta) será recebido pela Comissão Permanente de Licitação, seguindo a ordem de registro de comparecimento dos licitantes.
- **5.2** Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta apresentada.

6.0 ABERTURA DO ENVELOPE:

6.1. Na sessão pública, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação dará início à abertura dos Envelopes, que serão analisados e rubricados pelos membros da Comissão pelos representantes legais das licitantes.

7.0. CONDUÇÃO DA SESSÃO:

- **7.1.** Esgotado o prazo previsto para recebimento do envelope, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação dará seqüência à reunião de conformidade com o procedimento descrito abaixo.
- **7.2.** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações, alterações ou substituição das propostas.
- **7.3.** Em qualquer das fases do processo licitatório a Comissão Permanente de Licitação poderá exigir esclarecimentos por escrito, de qualquer proponente, desde que não resulte em alteração das propostas.
- **7.4.** É facultativo à Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução.

8.o. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM M.E:

- **8.1.** Caso não acudam empresas interessadas em participar deste certame nos itens referenciados, na qualidade de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte, o certame prosseguirá com eventuais outras empresas interessadas, visando atender as necessidades da Administração.
- **8.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte que comprovarem esta condição poderão fazer uso do benefício previsto no artigo 43 da Lei Complementar n^o 123/2006.



- **8.3.** As empresas participantes poderão comprovar que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte por meio de declaração de que atendem aos requisitos do art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006, Anexo V cabendo a CPL a faculdade de consultar o sítio oficial da Receita Federal, na Internet, para ratificar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte das empresas participantes.
- **8.4** Havendo empate, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de valor inferior àquela considerada vencedora do certame.
- **8.5** Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.0 DOS RECURSOS:

- **9.1** Durante o decorrer do processo desta licitação, serão admissíveis recursos, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura a ATA, nas seguintes fases:
- a) Julgamento das propostas;
- b) Anulação ou revogação de licitação.
- **9.2** Os recursos previstos nas alíneas "a" do subitem 10.1. terão efeito suspensivo. O Prefeito poderá motivadamente, e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva ao recurso interposto, na hipótese prevista na alínea "b" do subitem 10.1.
- **9.3** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis;
- **9.4** Os recursos e impugnações deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitação deste Município, sito à Rua dos Jasmins 296, centro, nos prazos previstos no Art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, respeitando o horário de expediente do órgão que é das 07h30màs 11h30m e das 13h00m às 17h00m.
- **9.5** O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, destinado ao Presidente, podendo esta reconsiderar sua decisão ou fazê-la subir ao Prefeito, que será devidamente informado, devendo a sua decisão ser proferida a todos os licitantes.
- **9.6** Nenhum prazo de recurso se inicia ou ocorre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

10.0 DO JULGAMENTO:

- **10.1** O julgamento das propostas obedecerá ao critério do menor valor global, e será declarada vencedora a proposta que apresentar menor valor global para o objeto neste certame, e ainda, atender as exigências deste convite.
- **10.2** A proposta deverá ser elaborada constando o preço unitário e valor global em algarismos arábicos, e, por extenso.
- **10.3** Será desclassificada a proposta que apresentar preços excessivos ou que sejam manifestadamente inexeqüíveis, conforme determina o inciso II do Art. 48 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.



- **10.4** A proposta que se desviar do objeto ou for omissa em pontos essenciais exigidos neste convite será também desclassificada.
- 10.5 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á mediante sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova proposta escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, conforme determina o § 3º do Art. 48 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- Da reunião para recebimento e julgamento da documentação e da proposta lavrar-se-á ata, ficando sem efeito as declarações feitas após a lavratura da mesma, devendo esta ser assinada pela Comissão e pelos representantes das licitantes;
- **10.8** Não se considerará qualquer oferta de vantagem, não prevista no Edital, nem aquelas que ofereçam redução sobre a de menor preço. A classificação das propostas se dará por ordem crescente dos preços.
- **10.9** As propostas depois de apresentadas não poderão sofrer acréscimos ou retificações.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Para fazer face às obrigações financeiras assumidas serão utilizados recursos da Prefeitura Municipal de Guatapará, previstas em seu Orçamento para o exercício 2019, constante da seguinte classificação das dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – Secretaria Municipal de administração e finanças

Unidade: 01 – Administração Geral

04.122.0006.2006 - Manutenção da Administração Geral

Ficha dotação nº 033

3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

Fonte de Recurso: 110 - Recurso Tesouro (1-110) - Geral

12.0 DA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1 A vencedora será convocada para assinar o Contrato ou nota de empenho em até 02 (dois) dias úteis após da homologação do processo licitatório.

13.0 DO PRAZO DO CONTRATO

- 13.1 O prazo de duração desse contrato é de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante aditamentos contratuais, nos termos da legislação vigente.
- 13.2. O objeto do contrato será entregue em no dia seguinte, após sua assinatura.
- **13.2.1.** O serviço será acompanhada e recebido de acordo com o disposto nos artigos 73, 75 e 76 da Lei Federal 8.666/93;
- **13.3.** Depois de concluídos integralmente o contrato, com fiel observância das disposições editalícias e contratuais, será dado por quitado pelo Contratante;



- **13.4.** O recebimento provisório das mercadorias ou sua impugnação far-se-á mediante inspeção a ser realizada, pelo servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.
- **13.5.** O Contrato pode ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, reconhecido os direitos da Administração nos termos do artigo 58 da mesma Lei, no que couber sem qualquer indenização a empresa contratada.

14.0 DO PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, da emissão da nota fiscal, ou apresentação do relatórios dos serviços, com depósito em conta no caso de pessoa física.

15.0 DAS PENALIDADES:

- O não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais implicará na aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor global da proposta pela não execução, além das sanções de ordem administrativa e penal;
- **15.2** A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o contrato, ou o cometimento de qualquer infração na sua vigência, o sujeitará às penalidades previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos legais vigentes.
- **15.3** Independentemente de cobrança de multas, os prazos de entrega não cumpridos poderão gerar uma das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa, conforme determina os Artigos nº 86, 87 e 88, Seção II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:
- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar com este município por um período de 02
- (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade, nos termos da Lei 8.666/93.

16.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **16.1** Quaisquer informações, esclarecimento, ou, cópia deste Convite estarão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal de Guatapará, sito à Rua dos Jasmins nº 296, centro, ou pelo telefone fone: (16) 3973-2020.
- **16.2** A contratada se obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos fornecimentos, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme determina o Art. 65, § 1º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.
- **16.3** Correrão por conta da Contratada quaisquer responsabilidades ou ônus decorrentes de prejuízos causados à Prefeitura Municipal ou a terceiros na execução dos serviços objeto deste Convite.
- **16.4** A Proponente deverá examinar cuidadosamente todas as instruções e condições deste convite. O não cumprimento dos requisitos das propostas correrá por conta e risco do Proponente. Após os



esclarecimentos prestados, as propostas que não atenderem substancialmente aos requisitos dos documentos para licitação serão rejeitadas.

- **16.5** A Contratada assume integral responsabilidade pelas perdas e danos causados à Administração ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, bem como salários, contribuições previdenciárias e sociais, providências, e, obrigações decorrentes de acidente de trabalho, inclusive no caso de morte, além de multa, que porventura apareça, desobrigando, ainda, à Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade.
- **16.6** A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício, ou mediante provocação de terceiros.
- **16.7** O fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas, que não possam ser solucionadas administrativamente, será o da Comarca de RibeirãoPreto SP, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja;
- **16.8** Os casos omissos neste Convite serão resolvidos à vista da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

Guatapará, 02 outubro de 2019.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO Nºxx/2019

CONVITE DE PREÇOS Nº **/**** PROCESSO Nº **/****

Pelo presente instrumento particular de contrato administrativo entre a PREFEITURA
MUNICIPAL, com sede na,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX neste ato representada pelo seu Prefeito
Municipal, RG e CPF, residente e
domiciliado à Rua, nº, nesta cidade e a,
estabelecida a Rua Bairro do, no município de e
Endereço na Rua , –/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº,
neste ato representada pelo seu procurador, devidamente documentado, conforme procuração anexo,
o Sr residente e domiciliado à Rua
, doravante denominadas
CONTRATANTE e CONTRATADA, consoante a Lei nº 8.666 de 21/06/93, estando o presente
vinculado aos termos do Convite nº **/*** e Processo Administrativo. nº **/*** e da Proposta
apresentada, têm por mútuo consenso, através do presente instrumento, contratado definitivamente o
que a seguir declaram

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO

- **a).** Assessoria e consultoria relativa a interpretação e aplicação da legislação educacional e orientação para a elaboração, análise e revisão de normas municipais (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, estatutos, etc.), incluindo
- **b).** Assessoria e orientação para a celebração de convênios, municipal, estadual e de programas educacionais;
- **c).** Suporte técnico e administrativo relacionadas a direitos e deveres dos servidores municipais lotados na área da educação;
- **d).** Auxílio e elaboração de justificativas, recursos e demais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- Contratação de profissional ou empresa para a prestação de serviço de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Secretaria Municipal.
- 1.2 Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritas, todas as especificações contidas no edital respectivo e seus anexos, além da proposta da CONTRATADA.
- 1.3 A contratação dar-se-á por 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato.
- Este contrato poderá ser prorrogado ou aditado, nos termos do artigo 57º, inciso II, e do artigo 65, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 2 - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



- 2.2 No preço combinado entre as partes, estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, impostos, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes.
- 2.3 Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2.018 com a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – Secretaria Municipal de administração e finanças Unidade: 01 – Administração Geral 04.122.0006.2006 – Manutenção da Administração Geral

Ficha dotação nº 033 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria Fonte de Recurso: 110 – Recurso Tesouro (1-110) - Geral

CLÁUSULA 3 - PREÇOS

- 3.1 Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores mensais conforme Cláusula 2 deste Contrato.
- 3.2 Nos preços contratados estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, que correrão por sua conta e responsabilidade, estando também abrangidas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto deste contrato, inclusive despesas com disponibilização de banda Internet e equipamentos para acesso em ambiente Web.

CLÁUSULA 4 - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, através da Secretaria Municipal de Finanças, em até 05 (dias) dias do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante a apresentação relatório de prestação dos serviçose, e ou da nota fiscal/fatura devidamente conferida e atestada.
- 4.2 O pagamento fica condicionado a que a contratada atenda todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal.
- 4.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.
- 4.4 Será descontado o INSS sobre os serviços prestados nos termos da IN SRP nº 03, de 14 de julho de 2005 e suas alterações.
- 4.5 O pagamento à CONTRATADA ficará condicionado à comprovação de regularidade para com os tributos municipais, INSS e FGTS, em obediência ao § 3º do artigo 195º da CF, nos termos da Decisão TCU nº 705/94 Plenário, item 1, alínea "d".

CLÁUSULA 5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 5.1 Disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços.
- 5.2 Fornecer à CONTRATADA:
- a) Todos os esclarecimentos, informações relativos ao objeto contratado;
- 5.3 Designar formalmente os servidores da CONTRATANTE que serão responsáveis por gerir o funcionamento dos serviços.
- 5.3.1. O servidor responsável pela área de Licitações e Contratos Administrativos que será designado para gerir os serviços será também o responsável encaminhar à CONTRATADA, oficialmente, todas as informações necessárias.
- 5.4 Fiscalizar a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário.
- 5.5 Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do Contrato.
- 5.6 Efetuar o pagamento na forma e condições avençadas.
- 5.7 Manter o sigilo sobre a tecnologia e as técnicas da CONTRATADA a que tenha acesso.

CLÁUSULA 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATADA deverá questionar a CONTRATANTE por escrito, toda dúvida sobre os procedimentos e controles relacionados ao objeto contratual.
- 6.2 Após análise, pela CONTRATADA, da Legislação vigente, deverá realizar reunião entre os seus técnicos e os servidores Municipais, com a finalidade de esclarecer possíveis dúvidas e/ou interpretações.
- 6.3 Prestar todos os serviços licitados, de acordo com a proposta oferecida e com as normas e condições previstas no edital de origem e seus anexos, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- 6.4 Manter, durante a vigência do contrato, conforme as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem.
- 6.5 Responsabilizar-se pelo uso devido dos documentos, materiais e equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE.
- 6.6 Manter sigilo completo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se, por seus empregados e prepostos, a tê-las sob sua guarda.
- 6.7 Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.



6.8 Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 7 - REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, quando então, havendo prorrogação do contrato, serão reajustados de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês da apresentação da proposta em relação ao do mês do reajustamento devido.

CLÁUSULA 8 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências previstas no presente contrato e na lei.
- 8.2 Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, salvo motivo de força maior plenamente justificado, nos casos detalhados nos Incisos. I a XVII do Artigo 78º da Lei 8666/93.
- 8.3 No caso de rescisão contratual por cometimento reiterado de faltas em sua execução, a área gerenciadora anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados: o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 9 - DAS PENALIDADES

- 9.1 A inexecução total ou parcial do contrato causada pela licitante, importará na aplicação das sanções estabelecidas nos termos do Artigo 87º da Lei nº 8666/93, garantida a defesa prévia:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de descumprimento total;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula contratual, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a dois anos.
- 9.2 As multas, independentemente do valor, serão descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, na impossibilidade, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA 10 - REGULAMENTO

O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Edital de CONVITE Nº 015/2019 - PROCESSO Nº 062/2019, Proposta da CONTRATADA e demais preceitos de direito público aplicáveis à matéria, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA 11 - DO FORO



11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Preto - SP, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente, e que não possa ser resolvida na esfera administrativa.

CLÁUSULA 12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais devidos em decorrência direta ou indireta da execução deste Contrato, serão de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá sem direito a reembolso.

E, por assim estarem justas e acordadas, assinam o Contrato às partes através de seus representantes já qualificados no Preâmbulo, do qual foram extraídas 3 (três) vias de igual teor e único efeito.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

	CONTRATANTE	
	CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		
NOME:RG Nº:		·
NOME:-		•
Rg N ^o :		



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRACTE
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S) / Nº OAB:
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:
1. Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno de Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCAL e DATA:
GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CDF DC



Data de Nascimento:/	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
(s):	
Responsáveis que assinaram o ajuste:	
Pelo CONTRATANTE:	
Nome:	Cargo:
CPF:	
Data de Nascimento:/	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Assinatura:	
Pela CONTRATADA:	
Nome:	
Cargo:	
CPF: RG:	
Data de Nascimento:/	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Telefone (s):	
Assinatura:	



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços jurídicos Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Administração Municipal e Secretaria da Educação, compreendendo as seguintes atividades:

- **a).** Assessoria e consultoria relativa a interpretação e aplicação da legislação educacional e orientação para a elaboração, análise e revisão de normas municipais (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, estatutos, etc.), incluindo
- **b).** Assessoria e orientação para a celebração de convênios, municipal, estadual e de programas educacionais;
- c). Suporte técnico e administrativo relacionadas a direitos e deveres dos servidores municipais lotados na área da educação;
- **d).** Auxílio e elaboração de justificativas, recursos e demais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DESCRIÇÃO GERAL: O objeto contratado será executado por profissional capacitado, dotado de conhecimento técnico e experiência na área.

O contratado deverá realizar uma visita semanal na sede da Secretaria Municipal de Educação e no Paço Municipal, de até 04 (quatro) horas cada, bem como disponibilizar contato, via e-mail ou telefone para a suscitação de dúvidas e orientações.

Os serviços serão executados pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Os serviços contratados abrangem atividades complementares não incluídas nas atribuições ordinárias dos servidores públicos titulares de cargos preenchidos por concurso, existente no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Guatapará.



JUSTIFICATIVA: A contratação pretendida é necessária, haja vista a complexidade das atividades a serem executadas, considerada a ausência de pessoal qualificado nos quadros de servidores para possibilitar o auxílio técnico necessário para as Secretarias Municipal.





ANEXO III

(MODELO: PROPOSTA COMERCIAL)

EMPRESA/OU NOME: ENDEREÇO: CNPJ Nº/CPF INSCR. ESTADUAL: E MAIL:

Prezados Senhores:

Pela presente, apresentamos à Vossas Senhorias, nossa proposta comercial, referente ao Convite em epígrafe, conforme especificação do edital, cujo objeto refere-se a contratação de profissional ou empresa para prestação de serviços jurídicos Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Administração Municipal e Secretaria da Educação, compreendendo as seguintes atividades:

- **a).** Assessoria e consultoria relativa a interpretação e aplicação da legislação educacional e orientação para a elaboração, análise e revisão de normas municipais (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos, estatutos, etc.), incluindo
- **b).** Assessoria e orientação para a celebração de convênios, municipal, estadual e de programas educacionais:
- **c).** Suporte técnico e administrativo relacionadas a direitos e deveres dos servidores municipais lotados na área da educação;
- **d).** Auxílio e elaboração de justificativas, recursos e demais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Contratação de profissional ou empresa para a prestação de serviço de consultoria e assessoria jurídica complementar para a Secretaria Municipal.

Iítem Descrie	ção	Preço Mensal (R\$)	Preço Total (R\$)
contrate empres jurídice consulte comple Munici	tação de profissional ou sa para prestação de serviços os Prestação de serviços de toria e assessoria jurídica ementar para a Administração pal e Secretaria da Educação, me edital.	R\$	R\$

Validade da Proposta: 60 dias.



Dados bancários
Banco:
Agência:
Conta:
Qualificação completa da pessoa responsável pela assinatura do contrato.
Declaro que a proposta apresentada atende todas as especificações exigidas neste edital de
licitação e que o preço acima indicando completamente todos os custos diretos e indiretos referentes
ao objeto licitado.



ANEXO - IV

AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAR A PROPONENTE NA LICITAÇÃO

Através da presente, autorizamos o (a) Sr. (a)portador (a)
da célula de identidade RG nº e CPF nº, a participar da licitação
instaurada pela Prefeitura de Município de, conforme o Edital supra-referenciado, na
qualidade de representante legal de nossa firma.
Outorgamos a pessoa supramencionada amplos poderes para acordar, renunciar, discordar,
transigir, desistir de recorrer, receber em devolução documentação pertencente à empresa, agindo
sempre em nome da representada, com todas as prerrogativas de representante legal para esse fim
específico.
Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos
que venham a ser praticados por este nosso representante legal.
Devidamente reconhecido firma no cartório.
(local e data),,de de 2019.



ANEXO - V

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

XIII do artigo 7º d 8 anos realizand	-	ao reuerai	z, portanto i	iao possui e	m seu uudul
	lo trahalhos	noturnos	nerigoso ou	incaluhre	-
(local e data)	,	de	de 2	2019.	
	(local e data)	(local e data),	(local e data),de	(local e data),de de 2	(local e data),de de 2019.



DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Nome
representante legal o (a) Sr (a), portador(a) da Carteira de Identidade nºe CPH
nº, DECLARA, para fins do disposto no presente edital de licitação, sob as sanções
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser(microempresa ou empresa de
pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos
na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Le
Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a participar do certame acima
referenciada e exercer os direitos previstos na legislação, realizado pelo Município de Guatapará.
(local e data),de de 2019.
(nome e assinatura do responsável legal)



ANEXO - VII

CADASTRO DA LICITANTE

	a empresa:	
Nome da	empresa:	
Endereço	comercial:	
Bairro:		CEP:
CNPJ:		
Inscrição	Estadual:	
NIRE no:		Data do Registro:
Telefone a	tual:	
E-mail:	ituar.	
_ IIIuII.		
Dados de	o responsável pela assin	atura contrato:
Nome:	o responsaver pera assin	atura contrato.
RG:		Órgão Emissor:
CPF:		Orgao Ellissor.
	com encial.	
	comercial:	CED.
Bairro:		CEP:
E-mail:		
- I a		1 / 1 / 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	ocio da empresa (no cas	o de vários sócios identificar apenas um):
Nome:		
RG:		Órgão Emissor:
CPF:		
Endereço	residencial:	
Bairro:		CEP:
F-mail·		

Obs1: O anexo VIII deve ser <u>obrigatoriamente</u> encaminhado com antecedencia à data de realização do certame para o e-mail: <u>licitacao2@guatapara.sp.gov.br</u> ou apresentado no ato do credenciamento.

Obs2 : As empresas que já possuem <u>cadastro atualizado</u> no município, ficam isentas de tal exigência.



ANEXO VIII

TERMO DE RENÚNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A Comissão Permanente de Licitação
Ref.: Convite nºxx/2019
A empresa, inscrita no CNPJ
nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)
, portador (a) da Carteira de identidade nº
, e do CPF no , DECLARA, nos
termos do Edital do CONVITE nº/2019 , que renuncia a apresentação de recursos
administrativos no presente processo licitatório presvistos no artigo 109 da lei 8666/93.
(local e data)
(representante legal)
Obs. A prosente declaração á facultativa



RECIBO DE ENTREGA DO EDITAL

CONVITE DE PREÇOS Nº 015/2019

Prezados Senhores:

Pelo presente, remetemos o Edital de CONVITE DE PREÇOS Nº 015/2019, o qual convida V.S. para participar do referido Convite de Preços para o presente Certame Licitatório que visa a escolha da melhor proposta para Contratação de profissional ou empresa para a prestação de serviço técnico-especializado consistente na assessoria e consultoria em processos licitatórios e contratações públicas, conforme termo de referência.

As propostas deverão ser protocoladas no dia 09 de outubro de 2019, até às 09h00m, com abertura marcada para às 09h30m do mesmo dia.

Departamento de Licitações.

Guatapará, 02 de outubro de 2019.

Recebi o edital em:/	Fone:
Empresa:	
Representante:	
· /	
E-mail:	
I mun.	
10	
Assinatura:	